

Ao
ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL
CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL - COPAM
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL SUL
MINAS

Ref. Auto de Infração nº 029616/2016
Auto de Fiscalização nº 68795/2016

SEARA ALIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida em Passos (MG), na Rodovia MG 050, Km 351, inscrita no CNPJ sob o nº 02.914.460/0135-62 (a "Seara"), através de sua representação legal infra-firmada, relativamente ao auto de infração supra mencionado, vem, respeitosamente, à presença de V. Sa., apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO** nos termos que seguem.

Foram lavrados os referidos autos de fiscalização e infração, alegando em síntese o descumprimento das condicionantes da LAP, LAI e LAO, assim transcrita:

Descumprir condicionantes aprovadas nas licenças prévia, de instalação e de operação, se constatada a existência de poluição ou degradação ambiental.

E ainda, consta do Auto de Fiscalização a seguinte descrição:

RECEBEMOS
01 / 08 / 17
R0199462/17
Liaquência

10. Croqui de acesso EM ANÁLISE DOS AUTOMONITORAMENTOS DO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE JANEIRO DE 2009 E DEZEMBRO DE 2015 FOI CONSTATADO QUE: AS ANÁLISES DE EFLUENTES NÃO FORAM ENTREGUES, REFERENTES AOS PERÍODOS 2º TRIMESTRE DE 2010; 4º TRIMESTRE DE 2010; 2º TRIMESTRE DE 2012 E 2º TRIMESTRE DE 2015. NÃO FORAM ENTREGUES AS ANÁLISES DE EMISSÕES ATMOSFÉRICAS REFERENTES AOS ANOS 2010 E 2012. AS ANÁLISES DO CORPO D'ÁGUA RECEPTOR DOS EFLUENTES, RELATIVAS AOS PERÍODOS 2º E 4º TRIMESTRES DE 2010; 2º TRIMESTRE DE 2012 NÃO FORAM ENTREGUES. O PROGRAMA DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NÃO ENTREGUE SE REFERE AOS PERÍODOS 1º E 2º SEMESTRE DE 2010 E 2º SEMESTRE DE 2012. HOUVE ENVIO DE RESÍDUOS SÓLIDOS (EMBALAGENS PLÁSTICAS) PARA COOP DOS C.R.M. REAP. SUDESTE MINEIRO, CNPJ Nº 07.509.695/0001-45, CUJA AAF VENCEU EM 29/10/2013. HOUVE AINDA ENVIO DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PEÇAS, VÍSCERAS, OSSOS, CARNE REJEITADA E SANGUE) PARA INDÚSTRIA DE RAÇÕES PATENSE, CNPJ Nº 23.355.072/0008-58, QUE NÃO É LICENCIADA PARA ESTE FIM.

01. Assinatura do Agente Fiscalizador

02. Assinatura do Fiscalizado

ENVIAM FOR AR

CONTINUAÇÃO DO AUTO DE FISCALIZAÇÃO: Nº 68745

12016

Folha 11

HOUVE LANÇAMENTO DE EFLUENTES FORA DOS LIMITES ESTABELECIDOS PELA DN COPAM/CERH 01/2008 NOS SEQUENTES PERÍODOS: 2011 (1ª QUINZENA DE MAIO, 1ª QUINZENA DE JUNHO, 2ª QUINZENA DE SETEMBRO, 2ª QUINZENA DE NOVEMBRO), 2012 (1ª QUINZENA DE JULHO, 1ª E 2ª QUINZENAS DE SETEMBRO, 1ª QUINZENA DE OUTUBRO, 1ª QUINZENA DE NOVEMBRO), 2013 (1ª QUINZENA DE AGOSTO, 1ª E 2ª QUINZENAS DE NOVEMBRO), 2014 (2ª QUINZENA DE JANEIRO, 2ª QUINZENA DE JUNHO, 2ª QUINZENA DE AGOSTO, 2ª QUINZENA DE SETEMBRO), 2015 (1ª QUINZENA DE FEVEREIRO, 2ª QUINZENA DE JULHO, 1ª QUINZENA DE OUTUBRO). VERIFICOU-SE AINDA QUE HOUVE ALTERAÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA DO RIBEIRÃO BOCAINA NOS PERÍODOS: 2011 (MAIO, JUNHO, SETEMBRO, NOVEMBRO) DECORRENTE DOS LANÇAMENTOS DE EFLUENTES FORA DOS PADRÕES LEGAIS CONSTATADOS, CARACTERIZANDO POLUIÇÃO. NOS MESES DE OUTUBRO E DEZEMBRO DE 2011 E MARÇO DE 2012, TAMBÉM FOI VERIFICADA ALTERAÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA DO RIBEIRÃO BOCAINA.

Em sede de defesa administrativa, a Seara demonstrou que parte das infrações apontadas encontrava-se já prescrita e que, em relação à suposta infração sobre disposição inadequada de resíduos sólidos, não havia sido praticada nenhuma conduta voluntária. Em sede de julgamento, a decisão administrativa reconheceu a inexistência de prática da infração administrativa de forma parcial, mas sem reduzir proporcionalmente o valor da multa, não reconheceu a prescrição e não reconheceu a ausência de poluição ambiental em relação às demais infrações apontadas.

Resumidamente estes são os fatos ora debatidos.

Irresignada com a lavratura do presente Auto de Infração e com a decisão administrativa, por seus fundamentos, a Impugnante Seara apresenta seus argumentos de fato e de direito para ao final requerer a nulidade do auto de infração lavrado e, consequentemente, a extinção e arquivamento do presente procedimento administrativo.

PRELIMINARMENTE

DA NECESSÁRIA REDUÇÃO PROPORCIONAL DO VALOR DA MULTA. RECONHECIDA AUSÊNCIA DE INFRAÇÃO EM RELAÇÃO À DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS.

Entre os vários itens que foram objeto do auto de infração, um deles foi reconhecido e declarado como não tendo ocorrido a infração, conforme trecho da decisão administrativa a seguir:

- Excluir, tão somente, os fatos referentes à destinação de resíduos sólidos de modo incorreto, em vista da comprovação da regularidade da destinação;

Ocorre que nada obstante o reconhecimento da ausência de infração, não houve redução proporcional do valor da multa com sua consequente readequação, tendo sido homologado o mesmo valor de multa originalmente estabelecido. Em outros termos, a decisão administrativa expressamente reconheceu que ao menos uma conduta não fora praticada e, nada obstante, prosseguiu na autuação tal como tivesse sido praticada.

Evidentemente, o valor da multa administrativa deverá ser revisto apontando-se (i) o valor atribuído individualmente à cada conduta; (ii) a redução proporcional no valor arbitrado ante o reconhecimento da ausência de infração.

DA IMPOSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO ADMINISTRATIVA SEM ANTERIOR DECISÃO ESPECÍFICA SOBRE O ASSUNTO.

A decisão administrativa fundamenta o valor da multa arbitrado na existência de reincidência administrativa no cometimento de infrações gravíssimas e,

considerando o porte do empreendimento, o alto valor arbitrado encontraria, neste elemento, um fator de aumento.

Nada obstante, o reconhecimento da reincidência deve se dar no bojo do processo administrativo sancionador e não no momento da lavratura do auto de infração, após notificação específica do autuado acerca de qual o auto a gerar a suposta reincidência, para que possa defender-se de forma específica da questão. Esta é a dinâmica legalmente estabelecida.

Ao justificar o valor do auto ante a existência de reincidência, a decisão administrativa incorreu em grave violação do procedimento uma vez que (i) não notificação a Seara previamente a se manifestar sobre o assunto; e (ii) não apontou qual o auto de infração que originava a reincidência neste caso concreto. Portanto, aponta tardiamente e *a posteriori* uma motivação originalmente inexistente para o auto de infração a respeito de seu valor, em desrespeito aos procedimentos estabelecidos.

Evidente, portanto, que se há sanção por reincidência, tal deverá ser imediatamente reconsiderada e revista, limitando-se o valor do auto à metade do estabelecido ou, alternativamente, sendo declarada nula a decisão administrativa para reabertura do prazo quanto à manifestação específica sobre causas de reincidência.

PRESCRIÇÃO

A Impugnada SUPRAM/FEAM descreveu no Auto de Fiscalização uma série de procedimentos que, em suma, tratam de não entrega de automonitoramentos que transcorrem os anos de 2009 à 2015.

São os períodos indicados os seguintes: (i) *Monitoramento de Efluentes - 2º trimestre de 2010, 4º trimestre de 2010;* (ii) *Programa de gestão de Resíduos Sólidos - 1º e 2º semestres de 2010; Emissões Atmosféricas – Anos de 2010 e 2011;* (iii) *Análise de Corpo Receptor dos Efluentes 2º e 4º trimestres de 2010.*

Neste sentido tanto o Auto de Fiscalização, quanto o Auto de Infração foram lavrados em 08 de abril de 2016, ou seja, após o prazo de 05 anos previsto na legislação.

A decisão administrativa rechaçou o reconhecimento da prescrição sob equivocado argumento de que havia um liame entre os eventos e que a fiscalização foi feita "em bloco":

Contudo, como colocado, essa não é lógica da fiscalização que ocorreu em bloco período compreendido entre janeiro de 2009 e dezembro de 2015 – e independentemente do quantitativo de condicionantes descumpridas, deve ser aplicada uma única penalidade administrativa em vista do nítido existente entre os atos infracionais continuados.

A decisão administrativa faz um grande exercício hermenêutico para tentar justificar a ausência de prescrição, mas sem sucesso. Isso porque os eventos de lançamento de efluente fora do padrão e os demais descritos são eventos independentes entre si. A ocorrência de um evento não depende da ocorrência do evento posterior, não havendo continuidade técnica entre um e outro. Tanto isso é verdade que não houve lançamento fora do padrão todos os dias, mas apenas em dias esparsos e diferentes ao longo dos anos. Se a fiscalização ocorreu em bloco, tal não passou de um atraso da própria fiscalização na avaliação dos fatos, fazendo prescrever parte deles.

Disciplina o caput do Art. 21 do Decreto 6.514/08 que prescreve em 05 anos a ação da administração objetivando apurar a prática de infrações contra o meio ambiente, assim disciplinada:

Art. 21. Prescreve em cinco anos a ação da administração objetivando apurar a prática de infrações contra o meio ambiente, contada da data da prática do ato, ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que esta tiver cessado.

§1º Considera-se iniciada a ação de apuração de infração ambiental pela administração com a lavratura do auto de infração.

Especificamente, os prazos acima narrados não podem sequer ser objeto de apreciação pelo órgão fiscalizador, na medida em que a prescrição se operou de plano, nos termos da legislação correlata, procedimento este já decidido por meio do Recurso

Especial 1.115.078-RS, tendo como relator o Ministro Castro Meira do Superior Tribunal de Justiça – STJ, bem como pela decisão abaixo do TJMG, que reconhece a separação dos prazos de pretensão punitiva e pretensão executória.

Processo: Apelação Cível 1.0024.09.647597-5/001, 6475975-34.2009.8.13.0024 (1), Relator(a): Des.(a) Moreira Diniz, Data de Julgamento: 30/08/2012, Data da publicação da súmula: 04/09/2012

Ementa: DIREITO ADMINISTRATIVO - DIREITO PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO - NULIDADE DA SENTENÇA - CERCEAMENTO DE DEFESA - INOCORRÊNCIA - AÇÃO ANULATÓRIA - INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS - TRANSPORTE DE CARVÃO VEGETAL DE ORIGEM NATIVA - DOCUMENTAÇÃO INDEVIDA - PRESCRIÇÃO - INOCORRÊNCIA - INSCRIÇÃO DO DÉBITO EM DÍVIDA ATIVA - PROCURADOR NÃO INTEGRANTE DA ADVOCACIA GERAL DO ESTADO - INSCRIÇÃO REALIZADA ANTES DA ENTRADA EM VIGOR DO DECRETO ESTADUAL 45.432/2010 E APÓS A ENTRADA EM VIGOR DE DECRETO ESTADUAL 44.807/08 - POSSIBILIDADE - AUTO DE INFRAÇÃO - INCOMPETÊNCIA DA AUTORIDADE AUTUANTE - NÃO CONFIGURAÇÃO - AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO NA PRESENÇA DO REPRESENTA DA EMPRESA - RECUSA EM ASSINAR - ENVIO PELOS CORREIOS - DESNECESSIDADE - LAUDO TÉCNICO - IRREGULARIDADE - INOCORRÊNCIA - RECURSO DESPROVIDO.

- O prazo para a cobrança da multa aplicada em virtude de infração administrativa ao meio ambiente é de cinco anos, nos termos do decreto 20.910/32. Os parágrafos 2º e 3º, do artigo 21, do decreto federal 6.514/2008, tratam de prescrição da ação da Administração com o objetivo de apurar a prática de infrações contra o meio ambiente, e não se aplicam para a pretensão de exigência do débito já inscrito em dívida ativa.

- Até a entrada em vigor do decreto estadual 45.432/2010, a Procuradoria do IEF tinha competência para promover a inscrição e cobrança da dívida ativa da autarquia, conforme expressamente previsto no artigo 13, V, do decreto estadual 44.807/08.

- A lei federal 9.605/98 não exige que o cargo ocupado pela autoridade autuante seja o de Fiscal, mas que esta tenha sido designada para as atividades de fiscalização. Presume-se designado para o exercício da função de fiscalização o agente que assina o auto de infração, presunção esta que não é

1.

afastada pela ausência de juntada do ato de designação pelo IEF.

- Se o auto de infração é lavrado na presença do representante da empresa, e este se recusa a assiná-lo, não há necessidade de envio do referido documento pelo correio para se garantir a ampla defesa.

- Se o laudo que embasou a autuação da autora foi realizado por um técnico do IEF, credenciado no CREA/MG, que analisou as características do material e comparou-as com as características típicas do carvão vegetal de eucalipto e de origem nativa, e se não há prova contrária às suas conclusões, não há como falar em nulidade do auto de infração. (grifou-se)

Reconhece assim o TJMG a grande diferença entre a execução fiscal por parte da Fazenda Pública e o prazo de prescrição do Art. 21 do Decreto 6.514/08, ainda que coincidentemente ambos tratem de 05 anos, mas em caráter sucessivo, ocorrendo a prescrição do primeiro do próprio fato e o segundo da inscrição em dívida ativa e emissão da CDA.

Inexiste qualquer indicação de prazos prescricionais na legislação ambiental do Estado de Minas Gerais indicada inicialmente, contudo, ainda que existisse estaria vinculada esta aos limites de competência descritos nos Arts. 23 e 24 da Constituição da República federativa do Brasil de 1988. A União legisla sobre normas gerais, que devem ser observadas por todos no território nacional. A legislação mineira, neste particular, diante da clareza da norma federal sobre o prazo prescricional, sequer precisaria legislar - como de fato não fez. Portanto, aplica-se integralmente o prazo prescricional previsto na legislação federal acima mencionada¹.

Neste norte, em decorrência do instituto da prescrição, todos os fatos relativos ao período anterior a cinco anos da lavratura do auto de inspeção e do auto de infração - ou seja, todos os fatos anteriores à **08 de abril de 2011**, devem ser desconsiderados de plano.

II. QUANTO AO MÉRITO

¹ Conforme **Paulo Affonso Leme Machado**, *Direito Ambiental Brasileiro*, 22ª ed., São Paulo: Malheiros, p. 144: "Assim, não se suplenta a legislação que não exista. Portanto, quando a competência da pessoa de Direito Público interno for somente complementar a legislação de outro ente, se inexistirem normas, não existirá o poder supletório. Não se suplementa uma regra jurídica simplesmente pela vontade de os Estados inovarem diante da legislação federal. A capacidade supletória está condicionada à necessidade de aperfeiçoar a legislação federal ou diante da constatação de lacunas ou imperfeições da norma geral federal."

II.a) Impossibilidade de utilizar o artigo 15, §2º, da Lei 7.772/80 como motivo de direito para o auto de infração e imputação da multa simples.

No que tange ao mérito do referido Auto de Infração, o enquadramento legal é específico a 02 dispositivos, sendo estes o Art. 15, §2º da lei 7.772/80 e Art. 83 do Decreto 44.844/08.

Ocorre que os dispositivos em si são genéricos, não indicando a Impugnada quais seriam os fatos narrados ou descritos.

Veja Emérito Julgador, em relação ao artigo 83, que na descrição legal, consta o descumprimento de condicionantes das licenças ambientais, unida a palavra SE, na qualidade de Conjunção Subordinativa (gramatical). Esta Conjunção Subordinativa necessita de um complemento à oração formada, que no caso é a terminação: “... se constatada a existência de poluição ou degradação ambiental”.

Não é factível que a imputação objetiva de um Auto de Infração, que impõe a penalidade de multa, sem qualquer parâmetro legal, no valor de R\$830.730,60 (oitocentos e trinta mil, setecentos e trinta reais e sessenta centavos) possa estar vinculada a uma Conjunção Subordinativa, sem qualquer prova no processo administrativo a respeito da efetiva existência da poluição.

Não há, de fato, qualquer imputação que seja merecedora de fundamentação por seu conteúdo, principalmente quando vincula a uma condição que seja eventual existência de “poluição ou degradação ambiental”. Os fatores de poluição ou degradação ambiental não podem ser objeto de presunção. Não é possível à administração pública trabalhar com fatos genéricos, visto que o princípio da legalidade, descrito no caput do Art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, determina que a administração pública faça somente o que a lei determina.

Viola a legalidade de motivação, qualquer fator genérico de imputação, ainda mais quando se trata de matéria ambiental.

Neste norte o Douto Prof. Édis Milaré nos ensina em Direito do Ambiente – A gestão Ambiental em foco, Ed. RT, São Paulo, 2009, p. 959, que:



Por fim, é da própria lei que a poluição não se caracteriza apenas pela inobservância de normas e padrões específicos, mas também pela degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente: a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; c) afetem desfavoravelmente a biota; d) afetem as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente.

A Impugnada não indica a existência de poluição ou degradação ambiental de qualquer espécie, bem como não faz juntada de laudos ou análises que possam suportar suas alegações, trabalhando no campo da suposição **SE**.

A esse respeito, e em consonância com o entendimento acima exposto, importante lembrar que tal artigo nada mais é que uma reprodução dos tipos infracionais de poluição previstos nos artigos 61 e 62 do Decreto Federal 6.514/08, os quais expressamente exigem laudo específico para a constatação da poluição, justamente com o intuito de evitar que tal infração seja imputada de forma genérica, sem prova suficiente, como foi o caso aqui. Além disso, tais artigos estabelecem o que poderia ser qualificado como degradação ambiental para fins de configuração do tipo infracional - o que inexistente na legislação mineira, mesmo no item 114, prejudicando a verificação do tipo na prática. As consequências legais exigidas para o tipo são: causar poluição *em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da biodiversidade*.

Este campo de suposição, sem verificação empírica da poluição, no sentido de haver laudo próprio que constate as consequências legais exigidas para a configuração da poluição, conforme anteriormente mencionado, viola o princípio da legalidade estrita.

A Administração como um todo deve respeitar os princípios cardiais constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, assim apostos no art. 37 da CRFB/88, conforme segue:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

No que tange ao princípio da legalidade, foco deste óbice, necessário que fique claro que a Administração não pode ou deve exorbitar de seu poder administrativo.

Entende o Prof. Hely Lopes Meirelles em Direito Administrativo Brasileiro, Malheiros, 33º Ed., São Paulo, 2007, p.87, o seguinte:

Na Administração Pública prossegue a máxima de que não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo o que a lei não proíbe na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. A lei, para o particular, significa 'poder fazer assim'; para o administrador significa 'deve fazer assim'. (grifou-se)

Violar tal preceito de lei é o mesmo que violar a finalidade desta, e ao administrado é dado fazer tudo o que a lei não proíbe e ao administrador, somente o que a lei permite.

II.b DOS CUMPRIMENTO DOS PRAZOS DE PROTOCOLO DAS CONDICIONANTES E DO JÁ RECONHECIDO CUMPRIMENTO DA REMESSA DE RESÍDUOS SÓLIDOS À EMPRESA LICENCIADA.

Não assiste razão ao órgão atuador, aqui na qualidade de Impugnada, em alegar a inexistência de protocolos das exigências contidas nas respectivas licenças.

A Impugnante protocolou os dados nos prazos apontados pela Impugnada tais como os relativos ao 2º trimestre de 2015, autuada sua entrega autuada sob os nºs 0667816/2015 e 0667811/2015, bem como todos os demais procedimentos protocolados nas datas aprazadas, inclusive sendo objeto de novo procedimento administrativo, conforme Processo Administrativo nº 00131/1988/015/2012, que tramitou perante a Impugnada.

A respeito da imputação do "... envio de resíduos sólidos (embalagens plásticas) para Coop. dos C.R.M Reap. Sudoeste Mineiro, CNPJ 07.509.685/0001-45, cuja AAF venceu em 29/10/2013. Houve ainda envio de resíduos sólidos (penas, vísceras, ossos, carne rejeitada e sangue) para indústria de rações Patense, CNPJ nº 23.357.072/0003-58, que não é licenciada para este fim", sua regularidade já foi demonstrada e reconhecida pela decisão administrativa, não havendo mais discussão pendente a respeito do assunto, à exceção da redução proporcional do valor da multa.

II.c) DA MULTA APLICADA

A Impugnada, mesmo construindo um Auto de Fiscalização, substituído pelo Auto de Infração 029616/2016 sem qualquer fundamentação, fez o enquadramento para aplicação de penalidade como sendo a infração GRAVÍSSIMA, e o porte G, nos termos do código 114, do Anexo I do Decreto 44.844/08, aplicando assim a penalidade pecuniária de R\$830.730,60 (oitocentos e trinta mil, setecentos e trinta reais e sessenta centavos).

Quando nos remetemos ao referido dispositivo legal este coloca que para o enquadramento neste Item 114 é necessária, ou seja, imperativa a existência de poluição ambiental ou degradação ambiental, conforme segue:

Código	114
Especificação das Infrações	Descumprir condicionantes aprovadas nas Licenças Prévia, de Instalação e de Operação, inclusive planos de controle ambiental, de medidas mitigadoras, de monitoração, ou equivalentes, ou cumpri-las fora do prazo fixado, se constatada a existência de poluição ou degradação ambiental.
Classificação	Gravíssima
Pena	- multa simples; - ou multa simples e embargo de obra; - ou multa simples e demolição de obra;

Apenas para reafirmar que este enquadramento possui como condição específica a necessidade de poluição ou degradação ambiental, **não sendo esta presumível**.

Em contraponto, acaso houvesse qualquer espécie de fundamento para aplicação da penalidade, o que também não há, estaríamos tratando do enquadramento no Código 103, com a punição de Advertência, conforme segue:

Código	103
Especificação das Infrações	Especificação das Infrações Descumprir condicionantes aprovadas nas Licenças Prévia e de Instalação, relativas às essas fases, ou cumpri-las fora do prazo fixado, se não constatada a existência de poluição ou degradação ambiental.
Pena	Advertência, sob pena de conversão em multa simples.

Classificação	Leve
---------------	------

Assim Emérito Julgador, mesmo que a Impugnante não tenha cometido qualquer ato narrado no Auto de Infração, acaso alguma das variações aplicáveis ao caso seria a do Código 103 e não a do Código 114.

Ainda, acaso ficasse caracterizada a espécie indicada, o enquadramento não seria o do Código 114, mas sim o do Código 105, que trata o seguinte:

Código	105
Especificação das Infrações	Descumprir condicionantes aprovadas na Licença de Operação, inclusive planos de controle ambiental, de medidas mitigadoras, de monitoração, ou equivalentes, ou cumpri-las fora do prazo fixado, se não constatada a existência de poluição ou degradação ambiental .
Classificação	Grave
Pena	- multa simples, - ou multa simples e embargo da atividade ou obra em implantação; - ou multa simples, embargo e demolição de obras e das atividades em implantação; - ou multa simples e demolição de obras em implantação; - ou multa simples e suspensão da atividade em operação; ou multa simples, suspensão de atividades e demolição de obras das atividades em operação.
Outras cominações	Quando for o caso, apreensão dos instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração.

Observa-se que tanto no caso do Código 114, quanto no do 105, os quais não são aplicáveis ao caso, a penalidade primária é a de multa simples, nos termos abaixo:

FAIXAS		Porte Inferior		Pequeno	
		Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo
	Leve	50,00	250,00	251,00	500,00
	Grave	250,00	2.500,00	2.501,00	10.000,00
	Gravíssima	2.500,00	10.000,00	10.001,00	20.000,00
Médio		Grande			
Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo		
501,00	2.000,00	2.001,00	5.000,00		
10.001,00	20.000,00	20.001,00	100.000,00		

11

20.001,00	50.000,00	50.001,00	500.000,00		
		Porte Inferior	Pequeno	Médio	Grande
Leve	Sem Reincidência	50,00	251,00	501,00	2.001,00
	Reincidência Genérica	116,67	334,00	1.000,67	3.000,67
	Reincidência Específica	250,00	500,00	2.000,00	5.000,00
		Porte Inferior	Pequeno	Médio	Grande
Grave	Sem Reincidência	250,00	2.501,00	10.001,00	20.001,00
	Reincidência Genérica	1.000,00	7.500,33	16.667,00	73.333,67
	Reincidência Específica	2.500,00	10.000,00	20.000,00	100.000,00
		Porte Inferior	Pequeno	Médio	Grande
Gravíssima	Sem Reincidência	2.500,00	10.001,00	20.001,00	50.001,00
	Reincidência Genérica	10.000,00	20.000,00	50.000,00	500.000,00
	Reincidência Específica	10.000,00	20.000,00	50.000,00	500.000,00

Conforme anteriormente explicitado, o Auto de Infração não contém motivação quanto aos seus fundamentos, quiçá quanto à valoração da multa arbitrada. Não é possível saber da onde o fiscal tirou (ou seja, que conta o fiscal fez) para arbitrar o valor de R\$830 mil, que não encontra correspondência nem no tipo infracional efetivamente colocado no auto de infração, e nem nos demais tipos, todos acima mencionados. O valor, altíssimo, parece fruto da imaginação do fiscal já que nenhum dos parâmetros das normas aplicáveis que devem pautar a valoração da multa simples, estão sequer mencionados. É impossível saber como o fiscal chegou nesse valor. O valor arbitrado é superior até a indenizações por morte arbitradas pelo STJ, sendo evidentemente desproporcional ante a não verificação de consequências danosas ao meio ambiente no caso concreto:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. OCORRÊNCIA DO DANO, NEGLIGÊNCIA, IMPRUDÊNCIA, NEXO DE CAUSALIDADE E ERRO MÉDICO. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DE TODO O CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ. QUANTUM INDENIZATÓRIO. INDENIZAÇÃO POR MORTE POR ACIDENTE DO TRABALHO. DUZENTOS SALÁRIOS MÍNIMOS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, 20% DA CONDENAÇÃO. RAZOABILIDADE. MODERAÇÃO. AGRAVO IMPROVIDO.

1. As questões relativas à ocorrência do dano, atuação com negligência e imprudência, nexo de causalidade e existência de erro médico implicam no revolvimento de todo o conjunto fático-probatório, inadmissível nesta instância recursal. Súmula 7 do STJ. Precedentes.

2. Os valores da indenização por danos morais e dos honorários advocatícios, não tendo sido fixados de forma irrisória ou exagerada, mas com razoabilidade e moderação, não comportam modificação pelo Superior Tribunal de Justiça.

3. Agravo regimental improvido.

(AgRg no Ag 785.296/GO, Rel. Ministro HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, QUARTA TURMA, julgado em 24/10/2006, DJ 20/11/2006, p. 331)

"Ocorre que não constou, da autuação relativa ao caso presente, a explicação para a fixação da multa no equivalente a 7500 UFESP, limitando-se o agente pública a fazer menção às circunstâncias previstas no próprio tipo legal da infração (...). Há que se aplicar, destarte, os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, sem excluir punição apta a inibir a repetição da infração e sem criar gravame excessivamente pesado para a embargante." (TJSP, Apelação n. 9000628-70.2010.8.26.0037, 1ª Câmara Reservada ao Meio Ambiente, Rel. Des. Antonio Celso Aguilar Cortez, j. em 23/01/2014).

A desproporção entre o ato praticado e a sanção decorrente vicia, igualmente, o auto de infração:

"Com efeito, se o poder conferido é meramente *instrumental*, se é tão-só serviente de um fim (nada tendo a ver com a idéia de "direito", de "domínio" ou de "propriedade" do direito privado), só se justifica, só existe, na *medida necessária*. Ergo, em todo ato desproporcionado, excessivo, há, por definição, um *excesso em relação à competência*, pois não guarda a indispensável correlação com ela. Em outras palavras: o agente, em tais casos, supera a demarcação de seu "poder", porque ultrapassa o necessário para se desincumbir do *dever* de cumprir a lei. Eis porque todo excesso, toda demasia, é inválido, viciando o ato."²

Conforme jurisprudência extensa e pacífica dos tribunais brasileiros, auto de infração lavrado sem justificativa quanto ao valor padece de vício de fundamentação e a multa deve ser reduzida ao mínimo legal:

ADMINISTRATIVO E AMBIENTAL. AUTO DE INFRAÇÃO EXPEDIDO PELO IBAMA. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE E LEGITIMIDADE. MULTA AMBIENTAL. APLICAÇÃO ALÉM DO MÍNIMO LEGAL SEM A NECESSÁRIA MOTIVAÇÃO DO ATO. IMPOSSIBILIDADE.

1. *No exercício de suas funções, o IBAMA goza de presunção de legitimidade e de veracidade na realização dos seus atos administrativos, que só é afastada diante de prova robusta e inequívoca de ilegalidade, ônus atribuído ao administrado, que na espécie não logrou comprovar tal hipótese.* 2. *A aplicação de multa administrativa é medida que encontra amparo na legislação de regência, devendo a fixação de seu valor entre o mínimo e o máximo legalmente autorizado observar, motivadamente, a situação fática e aos critérios estabelecidos em lei.* 3. *No caso dos autos, a aplicação de multa em valor superior ao mínimo legal, e também superior ao máximo previsto, não foi precedida da necessária motivação, motivo pelo qual a exação se evidenciou, no ponto, indevida.* 4. *Apelação a que se dá parcial provimento, para determinar que o auto de infração 492502 utilize como base de cálculo o valor mínimo estabelecido em lei.* (TRF-1 - AC: 53572320064013900, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL KASSIO NUNES

² Celso Antônio Bandeira de Mello, *Grandes Temas de Direito Administrativo*, São Paulo: Malheiros, 2009, pp.76/77.

Não se pode esquecer que o Decreto Federal 6.514/08 exige em seu artigo 4º³ que aspectos como gravidade dos fatos e consequências para a saúde pública e meio ambiente sejam sopesadas no momento da escolha da penalidade, o que inexistiu no caso. No mesmo sentido, o artigo 27, §1º, III, do Decreto Estadual 44.844/08⁴. Nada obstante, o auto de infração não faz qualquer ponderação sobre estes fatores que a lei enumera como de observância obrigatória para a constatação da infração e sopesamento da respectiva penalidade. O valor estabelecido de R\$830.730,60 (oitocentos e trinta mil, setecentos e trinta reais e sessenta centavos), portanto, não encontra amparo no próprio auto de infração lavrado.

No mesmo sentido, o artigo 8º exige que para a aplicação da multa simples seja estabelecida uma unidade de medida própria que justifique o valor arbitrado, mas o auto de infração não possui, igualmente, este sopesamento.

O auto de infração, portanto, viola o mandamento constitucional que exige a motivação dos atos administrativos e viola diretamente os artigos 4º e 8º do Decreto 6.514/08, não encontrando forma adequada que permita a aplicação da multa simples tal como arbitrada.

A decisão é totalmente discrepante do sentido dado pela norma de licenciamento, bem como pelos princípios esculpidos na legislação ambiental.

Desta forma Emérito Julgador, não houve qualquer descumprimento das condicionantes da Licença Ambiental Prévia, Licença Ambiental de Instalação ou Licença Ambiental de Operação, ou ainda, qualquer poluição ou degradação do meio ambiente, que pudesse ensejar penalização de qualquer espécie, quanto mais a aplicação

³ "Art. 4º. O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: I - gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente (...)"

"Art. 8º A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estêreo, metro quadrado, dúzia, estirpe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado."

⁴ "§1º O titular do respectivo órgão ou entidade, em ato próprio, credenciará servidores para realizar a fiscalização e lavrar auto de infração, com fundamento em vistoria realizada pelas SUPRAMs, IEF, IGAM e FEAM, competindo-lhes: III - lavrar auto de fiscalização ou boletim de ocorrência e auto de infração, aplicando as penalidades cabíveis, observando os seguintes critérios na forma definida neste Decreto: a) a gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para saúde pública e para o meio ambiente e recursos hídricos (...)"

de multa de R\$830.730,60 (oitocentos e trinta mil, setecentos e trinta reais e sessenta centavos).

DO PEDIDO FINAL

Diante das razões acima expostas, **REQUER** sejam **RECEBIDAS AS RAZÕES DE RECURSO**, para que seja reconhecida (i) a preliminar de prescrição dos períodos de 2010; (ii) a preliminar de redução proporcional do valor da multa ante o reconhecimento da regularidade da destinação dos resíduos sólidos; (iii) o reconhecimento da nulidade da decisão administrativa ante a utilização do fundamento da reincidência para justificativa do valor da multa ou, alternativamente, a redução do valor arbitrado à metade neste particular; (iv) a nulidade do auto de infração ante a não especificação de valores relativos a cada uma das infrações supostamente praticadas; (v) bem como o acatamento quanto ao mérito em que não se caracterizou por parte da Impugnante qualquer degradação ambiental ou poluição. Nesta mesma esteira, seja **EXCLUÍDA** por completo a penalidade de multa aplicada à Impugnante, visto a inexistência de motivação ou fixação de parâmetros para o ato.

SUPLETIVAMENTE, acaso não seja o entendimento deste órgão julgador **REQUER** o acolhimento da desclassificação imputativa do Código 114 para o Código 103, que disciplina a penalidade de **ADVERTÊNCIA**, por não existir qualquer indício ou prova da existência de poluição ou degradação ambiental decorrente dos motivos fundamentados no Auto de Infração.

Por fim, seja o presente Auto de Infração **CANCELADO E ARQUIVADO ADMINISTRATIVAMENTE EM DEFINITIVO** por erro material em seu conteúdo, por ser medida de direito e de justiça.

Passos, 01 de agosto de 2017

SEARA ALIMENTOS LTDA.

Ricardo Cavani
Gerente de Unidade
JBS FOODS